

A PATOLOGIZAÇÃO NO DIA A DIA: INVESTIGANDO O IMPACTO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL E NO COTIDIANO DOS SUJEITOS

PATHOLOGIZATION IN EVERYDAY LIFE: INVESTIGATING THE IMPACT ON THE PROFESSIONAL PERFORMANCE AND DAILY LIFE OF THE SUBJECTS

¹SILVA, Kayky Costa da; ²KOBORI, Eduardo Toshio

^{1e2}Departamento de Ciências Humanas – Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos-Unifio/FEMM

RESUMO

É essencial destacar a relevância da Psicologia enquanto ciência para o debate a respeito de questões que envolvem a saúde dos sujeitos e suas relações com o meio. Por isso, este artigo tem como perspectiva analisar o fenômeno da patologização e seus efeitos sobre a subjetividade dos indivíduos, assim como sobre a atuação dos profissionais da saúde. Desse modo, o presente trabalho busca analisar alguns fatores considerados importantes para a discussão: o impacto no campo clínico, aumento do pensamento medicalizado, influência das redes e um possível processo de desumanização e estabelecimento de rótulos aos sujeitos. Para isso, sob a perspectiva da Psicanálise e da Psicologia Social, a pesquisa seguirá a análise bibliográfica de livros, artigos, dissertações, teses e outros conteúdos teóricos relacionados à temática, e realizará também uma revisão narrativa da literatura, para que dessa forma o assunto seja abordado em sua amplitude. Ademais, a pesquisa envolverá temas relacionados aos diagnósticos, a bioidentidade e biopsiquiatria, medicalização e conceito de saúde. Dessa maneira, esta pesquisa volta-se para a responsabilidade ética da Psicologia, visando cumprir o seu papel social na produção de debates a respeito da atuação profissional, e da promoção de dignidade no cotidiano dos sujeitos.

Palavras-chave: Psicologia; Patologização; Medicalização; Diagnósticos; Saúde.

ABSTRACT

It is essential to highlight the relevance of Psychology as a science for the debate on issues involving the health of subjects and their relations with the environment. Therefore, this article aims to analyze the phenomenon of pathologization and its effects on the subjectivity of individuals, as well as on the performance of health professionals. Thus, the present study seeks to analyze some factors considered important for the discussion: the impact on the clinical field, the increase in medicalized thinking, the influence of networks and a possible process of dehumanization and establishment of labels for subjects. For this, from the perspective of Psychoanalysis and Social Psychology, the research will follow the bibliographic analysis of books, articles, dissertations, theses and other theoretical content related to the theme, and will also carry out a narrative review of the literature, so that the subject is addressed in its breadth. In addition, the research will involve themes related to diagnoses, bioidentity and biopsychiatry, medicalization and the concept of health. Thus, this research focuses on the ethical responsibility of Psychology, aiming to fulfill its social role in the production of debates about professional performance, and the promotion of dignity in the daily life of the subjects.

Keywords: Psychology; Pathologization; Medicalization; Diagnostics; Health.

INTRODUÇÃO

Diversas discussões na Psicologia enquanto ciência perpassam por um processo de compreensão de determinadas questões, a partir do reconhecimento e recuperação de suas histórias, sejam elas acontecidas no passado ou vividas no

contemporâneo (Bock; Furtado; Teixeira, 2023), ou seja, a prática dessa ciência conta com a historicidade dos fatos como parte fundamental de suas variáveis para análise.

Assim, seguindo essa perspectiva de pensamento, é válido apresentar aquilo que Freud traz em sua obra *Psicologia das Massas e análise do eu* (2011, p. 14):

Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado.

Desta forma, o “Outro” pode ser visto como social, mas também como a natureza, nos quais estão inclusos acontecimentos e invenções, de maneira que engloba tudo aquilo que produz efeito nos corpos (Mansano, 2009). Logo, é preciso considerar a importância da coletividade para os indivíduos, bem como para os estudos da Psicologia enquanto uma ciência que precisa considerar o âmbito social, junto de seus efeitos sobre os modos de viver.

Por isso, o presente artigo busca trabalhar com a análise crítica dos fenômenos que envolvem a sociedade e seus sujeitos, de modo a atuar com responsabilidade social, e abordar historicamente a realidade política e cultural envolvida, visando compreender possíveis causas, efeitos e consequências.

Assim, baseia-se naquilo que é apontado entre os Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), ou seja, o trabalho precisa ser construído e realizado com respeito, e visando a promoção de liberdade, dignidade, igualdade e integridade do ser humano. Depreende-se, portanto, que o objetivo aqui se trata de investigar os estudos produzidos pelas Ciências Humanas e Biológicas, para assim, estabelecer conexões e compreender melhor aquilo que se entende como patologização, tanto em seu surgimento quanto em suas consequências.

Esta pesquisa visa abordar possíveis problemáticas na atuação dos profissionais da saúde que se originam a partir do fenômeno. Além disso, estabelece relações com a questão da medicalização e com as noções de biopsiquiatria e bioidentidade, orientando-se de modo a investigar a desumanização dos sujeitos a partir da atribuição de rótulos como parte da patologização.

Logo, analisa-se o fenômeno, em sua ideia de definir os sujeitos com diagnósticos, resumindo pessoas à determinada patologia, uma vez que a patologização se apresenta como um indicador de condutas e comportamentos, atuando assim de maneira a impor classificações e definir parâmetros para os sujeitos, o que acaba por desconsiderar a particularidade dos indivíduos em questão (Ceccarelli, 2010).

A partir disso, temos como intuito estudar e abordar o fenômeno considerando fatores sociais e as problemáticas associadas a ele, de maneira a investigar questões como: o impacto no campo clínico, a desumanização envolvida no processo, além da influência provocada pelas redes sociais e o aumento da medicalização.

Cabe então, nesse momento, abordarmos a revisão de literatura do tema, ao constatar-se que presente pesquisa aborda a patologização e suas relações levando em consideração diferentes perspectivas para análise, no entanto, tratam-se de óticas complementares e não excludentes.

Assim, é válido elucidar primeiramente a questão do empobrecimento clínico como aponta Santos (2014), quando se refere ao caso da depressão, em que se nota uma vulgarização dos diagnósticos, de maneira a reduzir casos de tristeza prolongada ou singularidades dos indivíduos, a um desbalanceamento neuroquímico. O empobrecimento da perspectiva clínica acaba por se estender a outras concepções da atuação, uma vez que se pensa em discussões em alta no contemporâneo: o autismo; ansiedades; TDAH; entre outros.

Para isso, é fundamental pensar no modo psicossocial de atuação, de maneira que o grupo social passa ser destaque na consideração e na perspectiva de possíveis tratamentos e mudanças. Aqui o sujeito passa a receber importância como atuante principal no processo, visto que se leva de fato em consideração os fatores biológicos, psíquicos, sociais e culturais, em sua adequada integração (Costa- Rosa, 2000).

Destarte, a questão do diagnosticar adequadamente passa por isso, já que o diagnosticar trata de dizer “como uma forma de vida se mostra mais determinada ou mais indeterminada, como cria sua singularidade entre falta e excesso e como se relaciona com outras formas de vida por meio da troca e da produção” (Dunker, 2011, p.124), e não de apenas agir rotulando ou reduzindo os indivíduos a determinada patologia ou sintoma.

Por isso, a patologização apresenta-se como uma problemática, pois passa a não considerar a singularidade e as formas de relações estabelecidas pelos sujeitos. Desse modo, o modo psicossocial do pensar é fundamental, para que assim o sofrimento psíquico deixe de ser pensado como algo que necessita ser removido a qualquer custo, mas sim, seja visto e reintegrado a existência de cada um (Costa-Rosa, 2000).

A partir disso, o objetivo é que o sujeito passe a administrar-se e a reconhecer-se como um dos agentes em seu sofrimento, todavia também, como um construtor de possíveis mudanças em seu quadro de vida. Os conflitos e impasses começam a ser vistos como construtivos e a designar novos posicionamentos sociais e culturais para o indivíduo (Costa- Rosa, 2000).

Ademais, é válido pensar nessa pesquisa sobre a medicalização enquanto um fenômeno multifatorial e que amplia sua prática para campos não médicos, fazendo com que as possibilidades de pensar os indivíduos em seu contexto histórico e político fossem minimizadas (Azevedo, 2018). Com isso, é possível relacionar a discussão estabelecida no artigo *Biopsiquiatria e Bioidentidade: política da subjetividade contemporânea* em que segundo Martins (2008) a ideia é modelar o corpo que se tem, uma vez que se acredita que mudando isso, muda-se a vida. Uma busca pelo corpo eficaz, jovem e saudável, do mesmo modo que a doença e a velhice se redefinem, revelando-se assim novas estratégias de conduta e controle (Martins, 2008).

Depreende-se, portanto, que a medicalização se faz importante na discussão, visto que pode ser entendida atualmente como uma necessidade de silenciamento do sofrimento humano, apresentando, além disso, um grande aumento dos diagnósticos psiquiátricos, de maneira a estabelecer apenas as bases biológicas do sofrer (Azevedo, 2018).

Diante de tudo isso, mostra-se importante ainda estender a discussão para pensar aquilo que Foucault postula em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1987), referente à noção da disciplina e da docilidade dos corpos, em que se une ao corpo analisável e manipulável, de maneira que possa ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Ainda é válido salientar a importância da pesquisa científica a respeito de fenômenos, ainda mais quando impactam no cotidiano dos indivíduos.

Portanto, é preciso considerar aquilo que aponta Freud em *As Pulsões e seus destinos*:

Apenas após uma exaustiva investigação de fenômenos que estamos abordando, podem-se apreender de forma mais precisa seus conceitos científicos fundamentais e progressivamente modifica-los, de modo que eles se tornem utilizáveis em larga medida e livres de contradição (2021, p.17).

Por isso, esta pesquisa é justificada por trazer à luz a uma discussão que se faz fundamental na atuação dos profissionais da Psicologia, de maneira a investigar e abordar o fenômeno da patologização. Dessa forma, é possível elucidar problemáticas e trabalhar para a produção de uma ciência que considere mais os fatores sociais e culturais, evitando a simples rotulação e individualização dos sujeitos.

Para finalizar, ainda será levada em consideração a influência da patologização na medicalização do existir como uma busca excessiva social pelo aprimoramento da performance individual (Santos, 2014). Diante disso, considera-se fundamental tal pesquisa, uma vez que apresenta importância tanto para o pensar sobre a atuação dos profissionais da saúde, quanto sobre a subjetividade dos sujeitos.

METODOLOGIA

Considera-se na atualidade a perspectiva do pluralismo epistemológico, logo é possível compreender que existem diversos caminhos para obtenção de conhecimento e orientação de debates científicos, no qual se configuram diversas perspectivas de epistemologia, ou seja, são viáveis várias possibilidades para entendimento da relação sujeito e objeto (Severino, 2013).

A partir disso, o presente artigo trabalha com a ideia de realizar uma investigação científica a respeito do objeto de estudo definido- a patologização - com o enfoque metodológico e técnico de busca de fontes para abordagem da temática, por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Trata-se, assim, daquela que acontece com uso de trabalhos, documentos, livros, teses, artigos e dissertações já registradas devidamente, ou seja, categorias teóricas que já foram em algum momento trabalhadas (Severino, 2013). Os documentos para utilização na pesquisa foram escolhidos e retirados de endereços

eletrônicos como *Scielo*, *Google Acadêmico* e *BVS-PSI*, além das bibliotecas (digital e física) do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO).

Ainda é válido destacar sobre a revisão narrativa da literatura aqui realizada, que contou com diferentes documentos coletados, permitindo assim uma ampla descrição sobre a temática a ser abordada, além de rápida atualização acerca do conhecimento dos assuntos específicos envolvidos (Cavalcante; Oliveira, 2020). Por meio disso, o presente trabalho visa trazer luz a discussão por meio do uso das perspectivas da Psicanálise e Psicologia Social, de modo a considerar a importância da subjetividade e do envolvimento das questões no cotidiano dos sujeitos.

Partindo disso, utilizando-se das perspectivas teóricas da Psicanálise e da Psicologia Social, algumas obras teóricas e conceitos já se fazem fundamentais para a problematização e abordagem do tema. Dessa maneira, para pensar o desenvolvimento da pesquisa, é necessário destacar alguns enfoques, como o autor considerado “pai” da teoria psicanalítica: Sigmund Freud, uma vez que seu pensamento passa a abordar a saúde dos sujeitos para além dos componentes biológicos/orgânicos.

Além disso, Michel Foucault também aparece como importante para a construção da discussão a respeito da patologização nesta pesquisa, bem como outros autores, obras e estudos. Entre esses, destacam-se: Christian Dunker; Kwame Santos; os livros *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (Sawaia, 1999) e *A Psicologia Social e a questão do hífen* (Cordeiro, 2017); o artigo *A patologização da normalidade* (Ceccarelli, 2010); e ainda estudos científicos que abordem a biopsiquiatria e bioidentidade.

Depreende-se, portanto, que se busca seguir uma metodologia com o contato entre a teoria psicanalítica e a social, para se fazer possível a criação de pontes e o estabelecimento de associações, uma vez que é importante dentro da discussão o desfazer de dicotomias. Assim, passa-se a produzir um conhecimento que pense a sociedade como efeito de elementos heterogêneos, incluindo os indivíduos e suas emoções, sensações e relações (Cordeiro, 2017).

DESENVOLVIMENTO

Para compreender e apresentar aquilo que tange a discussão da temática, é importante olhar para o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) que apresenta as diretrizes junto dos deveres e direitos do profissional do campo, ou seja, está totalmente relacionado com aquilo que se entende enquanto compromisso da profissão, bem como com a atuação. Assim, considera-se o que é apontado em seu Artigo 19:

O psicólogo, ao participar de atividades em veículos de comunicação, zelará para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão. (2005, p. 15).

Baseado nisso, é preciso pensar a respeito do fenômeno da patologização enquanto algo que pode contrariar a cientificidade adequada da profissão, e ainda contrariar o papel social buscado por ela segundo seu código. Assim, considerando fatores como o grande crescimento dos conteúdos sobre Psicologia nas redes sociais, é necessário levantar o debate a respeito da disseminação dos conhecimentos, para que esses possam respeitar aquilo que se faz como exigência dentro da Psicologia enquanto ciência.

Dessa forma, mostra-se relevante realizar a presente pesquisa, pois, seguindo pautados pelo Artigo 19 (CFP, 2005), pode-se debater a problemática da patologização de acordo com uma perspectiva científica, preconizada pela Psicologia enquanto ciência que estuda os modos de subjetivação e os fenômenos sociais.

Por isso, destaca-se a importância da discussão tanto para os sujeitos e seus cotidianos, quanto para a prática dos profissionais da saúde, uma vez que se observa frequentemente mais, desde a organização do DSM e suas modificações, um grande aumento da quantidade de categorias diagnósticas e ainda na produção de novos medicamentos psiquiátricos (Martins, 2008).

Com isso, a respeito da patologização precisa estabelecer-se debates que visem promover uma prática em que o sujeito é colocado como agente e como centro da discussão em sua integralidade, levando assim em consideração os fatores socioculturais, a subjetividade e a singularização (Costa-Rosa, 2000). Ou seja, aquilo que acaba por não acontecer nos processos de medicalização e patologização, já

que segundo Martins (2008, p.333): “Nesse processo, produz-se uma descontextualização do modo de subjetivação do paciente, inscrevendo-o num universo de valores de uso em que ele não é mais senhor de si mesmo [...]”.

Ademais, levando em conta que ao “[...] assumirmos nossa singularidade e nos darmos conta de que nada nos constitui *a priori* é, de início, uma experiência de desenraizamento dolorosa, da qual, geralmente, nos esquivamos” (Dantas; Sá; Carreteiro, 2009, p. 7), a ideia de patologizar aparece como uma solução para fugir da angústia e de consequências do cotidiano social vivenciado por todos, de modo que é necessário frisar que não se trata de um fenômeno casual, e que acaba por corroborar o sofrimento vivido pelos sujeitos.

Ainda referente a essa questão, é preciso pensar na perspectiva do diagnóstico, ou seja, qual a postura do profissional e o quanto a patologização pode influenciar sobre ela. Assim, é preciso trabalhar com a hipótese que associa a patologização a um empobrecimento clínico (Santos, 2014), junto da banalização dos diagnósticos e redução do conceito de saúde à ausência de doença, o que na prática contraria a delimitação da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo aquilo que é apontado em *História do Conceito de saúde* (Scliar, 2007, p.36-37):

O conceito da OMS, divulgado na carta de princípios de 7 de abril de 1948 (desde então o Dia Mundial da Saúde), implicando o reconhecimento do direito à saúde e da obrigação do Estado na promoção e proteção da saúde, diz História do Conceito de Saúde que “Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade”. Este conceito refletia, de um lado, uma aspiração nascida dos movimentos sociais do pós-guerra: o fim do colonialismo, a ascensão do socialismo. Saúde deveria expressar o direito a uma vida plena, sem privações.

Logo, trabalhando com a ideia de que estar saudável seria “não estar doente”, cria-se mais uma problemática que se atrela aquilo que se discute aqui, ou seja, deixa-se de olhar para a saúde como um processo dinâmico entre o sujeito e seu entorno, de modo a comprometer a atuação dos profissionais da área, uma vez que ficam presos a diagnósticos rasos.

Além disso, entende-se a possível relação da patologização com um processo problemático de rotulação e desumanização dos sujeitos, no qual nota-se o caráter ilusório de inclusão, visto que a sociedade nesse viés “exclui para incluir” (Sawaia, 1999, p.8). Assim, atribuir a alguém uma patologia ou diagnóstico seria “dar uma

posição” para ela no convívio social, todavia essa posição é prejudicial, uma vez que não é tratada com seriedade e ética, de maneira a constatar-se uma inclusão ilusória.

Nesse sentido, pondera-se que “o maior desafio do momento diagnóstico é o de olhar a diferença, não confundir o que é comum a uma maioria como sendo o certo, e o singular com deficiência” (Santos, 2014, p. 46). Com isso, entende-se a importância dos diagnósticos, e principalmente, a importância de fazê-los da maneira adequada, e não reduzindo o limite entre a patologia e a dita “normalidade”.

Portanto, é preciso levar em conta que o diagnóstico não é universal e muito menos particular, mas sim, se dá entre uma relação desses dois fatores (universal e particular), de modo que não pode simplesmente ser entendido como uma mera classificação. Por isso, faz-se justo que o diagnosticar passe a ser visto sob uma nova perspectiva, de maneira a olhar para o sofrimento e também para potencialidades dos sujeitos, ou seja, reconstruir uma forma de vida (Dunker, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se, portanto, que a Psicologia enquanto ciência mostra-se fundamental no debate a respeito de questões que envolvem a saúde dos sujeitos, bem como a qualidade e dignidade de vida. Por isso, trabalha-se na presente proposta de maneira a analisar criticamente os fenômenos que envolvem a sociedade, atuando com responsabilidade social, e abordando historicamente a realidade social e política dos indivíduos.

Logo, a pesquisa aparece como importante, no intuito de estabelecer análises que tangenciem o fenômeno da patologização, e considerar problemáticas relacionadas a redução dos sujeitos à determinada patologia e/ou diagnósticos.

Com isso, visa-se trazer visibilidade para o fato de que a patologização atua impondo classificações para os sujeitos, acabando por desconsiderar a singularidade dos indivíduos (Ceccarelli, 2010), ou seja, trata-se um tópico que precisa ser, de forma aprofundada, cada vez mais investigado e analisado pelos profissionais da Psicologia.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, L. J. C. d.. Considerações sobre a medicalização: uma perspectiva cultural contemporânea. **Revista CES Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 1-12, mai.- ago. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4235/423557504001/html/>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. d. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786587958484. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587958484/>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. d. O. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v26n1/v26n1a06.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.
- CECCARELLI, P. R.. A patologização da normalidade. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 33, p. 125-136, jul. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 fev. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.
- CORDEIRO, M. P.. A fractalidade da psicologia social. *In*: JUNIOR, N. d. S.; ZANGARI, W. (Org.). **A Psicologia Social e a questão do hífen**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 41- 56.
- COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. *In*: AMARANTE, P., org. **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.
- DANTAS, J. B.; SA, R. N. d.; CARRETEIRO, T. C. O. C.. A patologização da angústia no mundo contemporâneo. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 1-9, ago. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2024.
- DUNKER, C. I. L.. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacanianiana a partir do perspectivismo animista. **Tempo Social**, v. 23, n. 1, p. 115-136, 2011.
- FOUCAULT, M.. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREUD, S.. **As pulsões e seus destinos**. Tradução Paulo Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

- FREUD, S.. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MANSANO, S. R. V.. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 8, n. 2, p. 110- 117, 2009. Disponível em: <https://mail.revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/78>. Acesso em: 12 set. 2024.
- MARTINS, A. L. B.. Biopsiquiatria e bioidentidade: política da subjetividade contemporânea. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 331–339, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/TMMgz7TC9CDYHqx8bBFjn5f/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024.
- SANTOS, K. Y. P.. **Feliz para sempre?**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- SAWAIA, Bader Burihan. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa?. *In*: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 7- 15.
- SCLIAR, M.. História do conceito de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 29–41, jan. 2007.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.